

MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1 - **ATA** .....
  - 1.1 - 257ª Reunião Ordinária Deliberativa
  - 1.2 - Reunião Ordinária de Debates
  - 1.3 - 1ª Parte da 104ª Reunião Ordinária de Debates da Assembléia Legislativa, em 12 de Maio de 1997, Destinada a Prestar Homenagem à Universidade Federal de Viçosa pelo 70º Aniversário de sua Fundação
  - 1.4 - 7ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
  - 1.5 - Reuniões de Comissões
- 2 - **ORDENS DO DIA** .....
- 2.1 - Comissões
- 3 - **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÕES**
  - 3.1 - Comissões
- 4 - **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**.....
- 5 - **MATÉRIA ADMINISTRATIVA** .....

ATA

ATA DA 257ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 15 DE MAIO DE 1997

Presidência do Deputado Francisco Ramalho

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Correspondência: Ofícios, telegrama e cartões - Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n.ºs 1.211 a 1.216/97 - Requerimentos n.ºs 2.141 a 2.150/97 - Comunicações: Comunicações da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais (2) e do Deputado Simão Pedro Toledo - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações Apresentadas - Questão de ordem - ENCERRAMENTO.**

**COMPARECIMENTO**

- Comparecem os Deputados:

Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Ambrósio Pinto - Anderson Aduino - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Jorge Hannas - José Henrique - José Maria Barros - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Mauri Torres - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

**ABERTURA**

O Sr. Presidente (Deputado Francisco Ramalho) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)**

**Ata**

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

- O Deputado Ivo José, 2º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Dos Srs. Antônio do Valle, Aracely de Paula, Carlos Melles, Francisco Horta, Geddel

Vieira Lima, Jaime Martins, Mauro Lopes, Romel Anízio Jorge, Sérgio Naya e Silas Brasileiro, Deputados Federais, acusando o recebimento do Ofício nº 527/97/SGM e informando que se empenharão na aprovação do Projeto de Lei nº 4.695/94, que inclui os municípios do vale do Jequitinhonha na área da SUDENE.

Do Sr. Alysson Paulinelli, Secretário de Agricultura, em atenção a requerimento do Deputado Gil Pereira (criação de banco de sementes e insumos para atender aos pequenos produtores rurais do Município de Francisco Sá), encaminhando os esclarecimentos prestados pela EMATER-MG sobre o assunto. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.800/96.)

Do Sr. Newton de Araújo Leite, Coordenador do Comitê Executivo do Programa de Integração Ensino-Serviço, em atenção a requerimento do Deputado Carlos Pimenta (inclusão da Santa Casa de Caridade de Montes Claros no FIDEPS), prestando informações sobre o assunto.

#### **TELEGRAMA**

Do Sr. Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, acusando recebimento do Ofício nº 527/97, solicitando empenho para aprovação do Projeto de Lei nº 4.695/94.

#### **CARTÕES**

Dos Srs. Armando Costa, Fernando Alberto Diniz, Hugo Rodrigues da Cunha, Lael Varella e Zaire Rezende, Deputados Federais, manifestando apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 4.695/94, que trata da inclusão de municípios do vale do Jequitinhonha na área de atuação da SUDENE.

#### **Apresentação de Proposições**

**O Sr. Presidente** - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### **PROJETO DE LEI Nº 1.211/97**

Institui a disciplina Meio Ambiente e Recursos Hídricos no currículo das escolas da rede pública estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade de implantação da disciplina Meio Ambiente e Recursos Hídricos nas escolas da rede pública estadual.

Art. 2º - A disciplina Meio Ambiente e Recursos Hídricos visa a conscientizar o educando sobre a necessidade de preservação e conservação do meio ambiente e sobre o valor dos recursos hídricos do Estado.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de maio de 1997.

Gil Pereira

Justificação: Todo indivíduo tem sua formação baseada na informação que lhe é oferecida. Assim sendo, concluímos que o homem desinformado é extremamente prejudicado. São milhões de crianças que hoje vivem sem ter acesso a informações corretas sobre o meio ambiente, razão pela qual sugerimos, por meio deste projeto, que os problemas relativos ao meio ambiente e aos recursos hídricos sejam estudados de forma mais eficiente com a implantação da disciplina Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 1.212/97**

Disciplina o afastamento remunerado de servidores públicos candidatos a cargos eletivos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O afastamento remunerado a que se refere o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, regulamentada pela Resolução nº 18.019, do TSE, aplica-se aos seguintes servidores públicos estaduais:

I - os concursados, mesmo durante o curso do estágio probatório;

II - os servidores designados nos termos do art. 10 da Lei nº 10.254, de 20/7/90;

III - os servidores contratados nos termos do art. 11 da Lei nº 10.254, de 20/7/90;

IV - os estabilizados na forma do art. 19 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 2/7/96.

Parágrafo único - Ao servidor público estadual, candidato nas eleições municipais de 3/10/96, fica assegurado o pagamento dos vencimentos referentes aos meses em que esteve afastado de seu cargo, desde que incurso nas alíneas "a", "c" e "d" do parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 32, de 1996, do Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as constantes nas alíneas "a", "c" e "d" do parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 32, de 1996, do Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 1997.

Maria José Haueisen

Justificação: De acordo com a Lei Complementar n° 64, de 1990, os servidores públicos, tanto da União quanto dos Estados e dos municípios, devem se afastar de seus respectivos cargos públicos sempre que forem candidatos a cargo eletivo, a fim de evitar que se tornem inelegíveis. A matéria está disciplinada, ainda, pela Resolução n° 18.019, do TSE.

Entretanto, a cada novo ano eleitoral, a administração pública do Estado, prevalecendo-se de pequenas obscuridades na legislação, impede que diversas categorias de servidores públicos exerçam tal direito.

Repetindo o que sempre acontece, no último pleito eleitoral, por meio da Resolução n° 32, de 1996, do Secretário de Recursos Humanos e Administração, diversas categorias de servidores públicos foram impedidos de se afastar percebendo os respectivos vencimentos, afrontando a legislação que regula a matéria.

Muitos servidores recorrem ao Poder Judiciário e conseguem fazer valer o verdadeiro espírito da lei. Foi o que aconteceu com os autores do Mandado de Segurança n° 80.292-6, por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado reconheceu a ilegalidade parcial da Resolução n° 32, de 1996.

Ocorre, entretanto, que os efeitos da sentença que concedeu a segurança acima referida não se operam "herga omnes", ou seja, atingem apenas as pessoas que buscaram a tutela jurisdicional. Isso faz com que a grande maioria dos servidores públicos que tiveram seus direitos violados pela citada resolução deixem de receber os vencimentos relativos aos meses em que se afastaram de seus cargos.

Também não podemos deixar de ressaltar o transtorno a que são submetidos os servidores públicos, mesmo os que buscam a proteção jurisdicional de seus direitos. Apenas para se ter uma idéia, no último dia 7 de maio foram concedidos mandados de segurança impetrados por servidores públicos em junho de 1996, ou seja, quase um ano após serem vítimas da ilegalidade praticada pelo Secretário da Administração e Recursos Humanos quando da edição da Resolução n° 32, de 1996.

Para que situações como essa não voltem a se repetir, apresentamos este projeto de lei, por meio do qual pretendemos adequar o ordenamento jurídico mineiro ao verdadeiro espírito almejado pelo legislador federal, quando editou a Lei Complementar n° 64, de 1990.

Esperamos, pois, poder contar com o apoio de todos os Deputados com assento nesta Casa para aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI N° 1.213/97**

Institui o transporte coletivo intermunicipal em veículos de pequeno porte no Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica instituído, no Estado de Minas Gerais, o transporte coletivo intermunicipal em veículos de pequeno porte, a ser executado nas seguintes condições:

I - entre municípios que distam até 200Km (duzentos quilômetros) um do outro, contados a partir do local do emplacamento do veículo;

II - em veículos que tenham capacidade máxima de 12 (doze) passageiros.

Art. 2° - A exploração do transporte a que se refere esta lei será efetuada por meio de concessão, precedida de licitação pública, observadas as seguintes diretrizes:

I - processo licitatório por lote de veículos, sendo permitido a um único participante, pessoa física ou jurídica, explorar a concessão com, no máximo, 2 (dois) veículos;

II - prazo mínimo de concessão de 5 (cinco) anos e máximo de 15 (quinze) anos.

Art. 3° - O disposto nesta lei aplica-se a municípios integrantes de regiões metropolitanas.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 1997.

Maria José Haueisen

Justificação: É do conhecimento de todos que o transporte coletivo intermunicipal não é executado apenas pelos ônibus de carreira, mas também por veículos de pequeno porte, que atuam, sobretudo, em trechos de pequena quilometragem, oferecendo uma alternativa rápida e muitas vezes mais econômica que o transporte convencional.

No interior do Estado, várias são as linhas que funcionam exclusivamente com veículos de pequeno porte, pois a precariedade de estradas impede o tráfego de ônibus. Entretanto, grande parte das pessoas que exploram essa atividade age de forma clandestina, devido à falta de instrumentos legais que disciplinem a matéria.

Esse é um fato que só traz prejuízos para a sociedade. Perde o poder público estadual, que deixa de arrecadar os tributos referentes a essa atividade econômica;

perde a população, porque, devido à informalidade, nem sempre são observadas normas básicas de segurança, e perdem os que exploram essa alternativa de serviço, uma vez que estão sempre na informalidade.

Dessa forma, decidimos apresentar este projeto de lei, a fim de legalizar tal atividade, que, além de absorver parte do contingente de desempregados que aumenta a cada dia, ainda oferece uma boa opção à sociedade no tocante ao transporte coletivo intermunicipal.

O projeto disciplina matéria que se encontra entre as de competência dos Estados, não ferindo princípios constitucionais federais. De acordo com a Constituição Federal, compete à União "explorar, diretamente ou mediante concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros" (Constituição Federal, art. 21, XIII, "e").

Como se vê, nada foi dito com relação ao transporte coletivo intermunicipal, este, sim, disciplinado na Constituição do Estado de Minas Gerais.

Assim dispõe a Carta mineira:

"Art. 10 - Compete ao Estado:

I - .....

IX - explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de transporte ferroviário e aquaviário que não transponham os limites do seu território e o rodoviário estadual de passageiros;"

Como se vê, não há dúvidas quanto à competência do Estado membro para legislar sobre seu transporte intermunicipal de passageiros.

O projeto preenche, ainda, os requisitos constitucionais relativos à iniciativa legislativa. A matéria em apreço não se encontra entre as que foram enumeradas no inciso III do art. 66 da Constituição Estadual, sendo, portanto, permitida a iniciativa do processo legislativo por qualquer dos integrantes do parlamento mineiro.

Dessa forma, esperamos contar com o apoio de todos os Deputados desta Casa à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 1.214/97**

Dispõe sobre a remuneração de cargo de provimento em comissão para fins de apostilamento e aposentadoria.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ao funcionário público efetivo afastado do exercício de cargo de provimento em comissão, sem ser a pedido ou por penalidade, ou ao se aposentar, fica assegurado o direito de continuar percebendo a remuneração do cargo em comissão, desde que o tenha exercido por período igual ou superior a 5 (cinco) anos, consecutivos ou não.

Art. 2º - No caso de opção pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido da gratificação de 20% (vinte por cento) do valor do vencimento do cargo em comissão, o funcionário terá direito à percepção integral da gratificação, desde que o exercício compreenda período igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Art. 3º - Quando dois ou mais cargos de provimento em comissão tiverem sido exercidos e forem de remuneração diferente, terá o funcionário assegurado o direito à remuneração do maior cargo desde que este tenha sido exercido por tempo igual ou superior a 2 (dois) anos.

Art. 4º - Para os efeitos desta lei, remuneração é o vencimento acrescido das gratificações inerentes ao exercício do cargo.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de maio de 1997.

José Militão

Justificação: O benefício do apostilamento, figura tradicional em nosso Direito Administrativo, visa, primordialmente, a garantir ao funcionário a manutenção do padrão de vida que manteve e ao qual se habituou, durante anos, percebendo determinada remuneração. Sua existência é justificada pela falta de um plano de carreira exequível que permitisse ao funcionário ascender horizontal e verticalmente na carreira, por meio de promoção por mérito ou tempo de serviço, e que lhe desse estabilidade funcional e remuneratória.

Planos de carreira bem estruturados, inclusive nos quadros do próprio Estado, dispensam o apostilamento.

Sabemos ser prazerosa a elevação do padrão de vida de uma pessoa ou família, advinda de melhor remuneração, enquanto que o oposto, ou o retorno a padrão de vida inferior, é, no mínimo, de difícil aceitação, podendo ser até mesmo trágico, quando as diferenças de remuneração, como ocorre no serviço público entre cargo efetivo e comissionado, são substanciais.

Fator determinante, também, na dificuldade ou na impossibilidade dessa redução de

padrão é o tempo em que se viveu em melhor condição social. Seriam 2, 5 ou 10 anos? Creemos que, qualquer que seja o tempo, deve ser o mesmo para todas as pessoas, não se justificando tratamento diferenciado nessa questão.

O Estado, por meio da Lei nº 12.459, de 19/1/97, garante às Diretoras de escola o apostilamento após cinco ou seis anos de exercício do cargo, enquanto que, para os demais funcionários, a exigência, prevista na Lei nº 9.532, de 30/12/87, é de dez anos. Qual a razão lógica para esse tratamento diferenciado? Os funcionários comuns levam 5 anos a mais que as Diretoras de escola para incorporarem um novo padrão de vida? Ou se adaptam mais facilmente a um padrão de vida inferior?

Acreditamos, firmemente, que, nesse caso, grave injustiça está se cometendo contra o funcionário público e, por isso, propomos seja aprovado este projeto, dando-se tratamento idêntico a todo servidor público.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 1.215/97**

Declara de utilidade pública a Associação Feminina do Bairro Primavera, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Feminina do Bairro Primavera, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 1997.

Ronaldo Vasconcellos

Justificação: Em funcionamento há mais de dois anos, a entidade tem diretoria composta por pessoas idôneas, que não recebem remuneração pelo exercício dos cargos que ocupam. Posto isso, pleiteia-se sua declaração de utilidade pública pelos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 1.216/97**

Declara de utilidade pública a Banda Municipal Monsenhor Alderigi, com sede no Município de Santa Rita de Caldas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Banda Municipal Monsenhor Alderigi, com sede no Município de Santa Rita de Caldas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 1997.

Jorge Eduardo de Oliveira

Justificação: Minas Gerais é um Estado tradicional na área cultural. As bandas de música são corporações que guardam bem essa tradição, sendo Minas o Estado que possui o maior número delas no Brasil.

Assim, este projeto de lei busca resguardar um pouco da cultura mineira, atendendo a solicitação da Banda Municipal Monsenhor Alderigi. Essa corporação é importante na cidade de Santa Rita de Caldas porque desenvolve atividades em favor da cultura musical, buscando o aperfeiçoamento cultural da população, sem distinção de sexo, raça, cor, idade, situação econômica e opinião política.

Sendo assim, a banda exerce importante papel em nosso Estado.

Em consideração à preservação de nossas tradições, pedimos a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### **REQUERIMENTOS**

Nº 2.141/97, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à inclusão de modificações no Decreto nº 32.656, de 1991, que trata do transporte intermunicipal.

Nº 2.142/97, do Deputado Geraldo Rezende, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas ao asfaltamento de vias urbanas no Município de Tupaciguara.

Nº 2.143/97, do Deputado Geraldo Rezende, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas ao asfaltamento do trecho que liga os Municípios de Campina Verde e Iturama.

Nº 2.144/97, do Deputado Geraldo Rezende, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à construção de ponte de concreto sobre o ribeirão do Arantes, no Município de Campina

Verde.

Nº 2.145/97, do Deputado Geraldo Rezende, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas ao asfaltamento de vias urbanas no Município de Ipiaçu.

Nº 2.146/97, do Deputado Geraldo Rezende, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à construção de uma ponte de concreto sobre o rio Inhumas, na estrada que liga os Municípios de Campina Verde e São Francisco de Sales. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.147/97, do Deputado Dimas Rodrigues, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Indústria e Comércio e ao Presidente da CDI-MG com vistas à implantação de um distrito industrial no Município de Janaúba.

Nº 2.148/97, do Deputado Dimas Rodrigues, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Indústria e Comércio e ao Presidente da CDI-MG com vistas à implantação de um distrito industrial no Município de Jaíba. (- Distribuídos à Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 2.149/97, da Comissão de Defesa do Consumidor, solicitando seja formulado pedido de informações ao Diretor-Geral do DER-MG e ao Superintendente da ADTER - Administradora de Terminais sobre a cobrança de taxas e tarifas referentes a serviços prestados pela rodoviária de Belo Horizonte. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 2.150/97, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Minas e Energia e ao Superintendente da GASMIG com vistas à extensão de gasoduto de Itaúna até Divinópolis. (- À Comissão de Administração Pública.)

#### COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais (2) e do Deputado Simão Pedro Toledo.

#### 2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

**O Sr. Presidente** - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

##### Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais (2) - aprovação, na 42ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 2.120/97, da referida Comissão, e 2.129/97, do Deputado Miguel Martini (Ciente. Publique-se.); e pelo Deputado Simão Pedro Toledo - falecimento de Romeu Teodoro, em Santa Rita de Caldas (Ciente. Oficie-se.).

##### Questão de Ordem

**O Deputado Wanderley Ávila** - Sr. Presidente, V. Exa. pode verificar a inexistência de "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos. Solicitaria o encerramento, de plano, da reunião.

#### ENCERRAMENTO

**O Sr. Presidente** - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de amanhã, dia 16, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 16 DE MAIO DE 1997

Presidência do Deputado Antônio Roberto

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO** - Falta de "quorum".

##### COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Ambrósio Pinto - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Paulo Pettersen - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Sebastião Costa.

Falta de "Quorum"

**O Sr. Presidente (Deputado Antônio Andrade)** - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 19, às 20 horas.

#### ATA DA 1ª PARTE DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 12 DE MAIO DE 1997, DESTINADA A PRESTAR HOMENAGEM À UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA PELO 70º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO

Presidência do Deputado Geraldo Rezende

**SUMÁRIO:** Designação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Paulo Piau - Palavras do Sr. Carlos

Sediyama - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente.

Designação de Comissão

**O Sr. Presidente (Deputado Geraldo Rezende)** - A Presidência designa os Deputados Luiz Fernando Faria e Wilson Pires para, em comissão, conduzirem ao Plenário as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

**O Sr. Presidente** - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Prof. Carlos Sediyama, Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa; Aluízio Fantini Valério, Presidente da RURALMINAS; Paulo Severino de Rezende, Presidente da EMATER-MG; Guy Torres, Presidente da EPAMIG, e Deputado Ivo José, 2º-Secretário desta Casa.

Destinação da Reunião

**O Sr. Presidente** - Destina-se esta parte da reunião a prestar homenagem à Universidade Federal de Viçosa pelo 70º aniversário de sua fundação.

Execução do Hino Nacional

**O Sr. Presidente** - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Ouve-se o Hino Nacional.

Palavras do Deputado Paulo Piau

**O Sr. Presidente** - A Presidência passa a palavra ao Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que suscitou a realização desta homenagem. Com a palavra, o ilustre Deputado Paulo Piau.

**O Deputado Paulo Piau** - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Geraldo Rezende, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa e representante neste ato do Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz; Ilmo. Sr. Prof. Carlos Sediyama, Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa e representante neste ato do Magnífico Reitor Sérgio Saraiva; Ilmo. Sr. Aluízio Fantini Valério, Presidente da RURALMINAS; Ilmo. Sr. Paulo Severino de Rezende, Presidente da EMATER-MG; Ilmo. Sr. Guy Torres, Presidente da EPAMIG; Exmo. Sr. Deputado Ivo José, 2º-Secretário da Assembléia Legislativa; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, membros da administração superior da UFV, servidores da Universidade, servidores desta Casa, profissionais da imprensa e demais pessoas presentes nas galerias, no mundo universitário, em muitos países, existem instituições que se distinguem por contribuição extraordinária ao ensino superior, de tal modo que integrar seu corpo docente ou por elas graduar-se representa autêntico e honroso cartão de visita. É o caso das Universidades de Harvard e Yale, nos Estados Unidos; de Oxford e Cambridge, na Inglaterra; da Sorbonne, na França; e, na comunidade de língua portuguesa, da Universidade de Coimbra, em Portugal. Os que logram ingressar nessas escolas e nelas se formam são membros de uma elite, não no sentido restritivo do elitismo estéril, mas no de tratar-se de profissionais de predicados e formação acadêmica realmente invulgares.

Nosso País, em que pese a sua tradição universitária relativamente recente, conta com alguns complexos de ensino superior que se destacam pela excelência de seu padrão didático e constituem celeiro de talentos, que vão depois abrilhantar a vida nacional. Entre esses estabelecimentos, avulta a nossa querida Universidade Federal de Viçosa, que completou sete décadas de existência e que estamos homenageando nesta solenidade, cujo significado, para nós, pessoalmente, fala muito de perto.

Fazemos parte daquele grupo privilegiado que tem na Universidade de Viçosa a sua "alma mater". Foi nela que passamos alguns anos ditosos e frutíferos de nossa juventude e nos diplomamos, inicialmente, como engenheiro agrônomo, no ano de 1975. Já em 1988, ali concluímos o mestrado em Zootecnia.

Após esse período de vida acadêmica, se nos afastamos fisicamente da instituição, sempre estivemos junto dela nas atividades profissionais e parlamentares que se seguiram, mesmo porque foi em Viçosa que me casei e lá reside a família de minha esposa, que mantém estreitos laços com a Universidade, tanto no seu quadro administrativo quanto no acadêmico.

Na nossa trajetória profissional, passamos por vários cargos e funções técnicas e administrativas e chegamos a ocupar um assento no Plenário desta Casa, como representante legítimo do povo. Orgulhamo-nos de nunca nos termos desviado da excepcional formação auferida em Viçosa. O fato de sermos o orador oficial desta cerimônia, portanto, dá coroamento à trajetória traçada pela mestra para o discípulo fiel.

Nunca é demais recapitular a história da Universidade, para bem compreender a significação destes 70 anos que ora se assinalam. Seu núcleo primeiro foi a Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV -, criada no ano de 1922, graças ao empenho do então Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes. Os cursos fundamental e médio foram instalados quatro anos depois, e em 1928 oficializava-se a abertura do currículo superior de Veterinária.

Em 1948, a antiga ESAV se uniu à Escola Superior de Ciências Domésticas, à Escola de Especialização, ao Serviço de Experimentação e Pesquisa e ao Serviço de Extensão para formar a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMIG. Em 1969, finalmente,

instituiu-se a Universidade Federal de Viçosa - UFV -, incorporando a UREMG.

Hoje, nossa homenageada, estruturada em 4 Centros de Conhecimento e 28 Departamentos, mantém 24 cursos de graduação, 19 em nível de mestrado e 12 em nível de doutorado. Como anexo, funcionam a Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal, no município do mesmo nome, e o Colégio Universitário, no "campus" de Viçosa; a Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro - CEPET -, no Município de Capinópolis, e a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar, em Ponte Nova.

Mencionar em detalhe todo o currículo ministrado seria fastidioso; lembraríamos apenas que, além dos programas tradicionais que motivaram a criação do estabelecimento, ligados à agricultura e à pecuária, seu universo se ampliou para incluir cursos como Arquitetura, Direito, Engenharia Civil e Ciências Econômicas. Desenvolveu-se extraordinariamente, por outro lado, a atividade de pesquisa em nossa instituição, o que é exemplificado pelas iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de cultivares e à preservação do meio ambiente. Esse trabalho tem colaborado para que o Brasil obtenha alguns dos mais altos níveis de competitividade agrícola no âmbito internacional.

Essa interação departamental e essa ampliação de cursos conferem à Universidade Federal de Viçosa um largo espírito de universalidade, dando ao aluno uma melhor formação para ver, discutir e achar soluções para tantos problemas vividos pela sociedade.

Sob o ponto de vista técnico, essa visão holística dos desafios permitirá que o Brasil tenha maior competitividade no cenário internacional, principalmente numa época em que a economia e a sociedade vivem o mundo dos blocos econômicos. Especificamente quanto à agropecuária, vale ressaltar a expressiva conotação da sua influência nas cadeias produtivas, agregando alto impacto no segmento social. Mais conhecido como "agribusiness", esse complexo tem sua base nas atividades agrárias, e essas devem seu desenvolvimento, em grande parte, às atividades acadêmicas, de pesquisa, de extensão e de produção especializada da Universidade Federal de Viçosa.

A sociedade mineira e brasileira reconhecem a grande importância da Universidade Federal de Viçosa, pois ela está presente em cada ação de desenvolvimento, nos mais diferentes pontos do nosso País.

Em mensagem endereçada à Universidade pelos seus 70 anos, o Dr. Paulo Renato Souza, Ministro da Educação e do Desporto, definiu-a como "o futuro plantado no passado". Colocação tão pertinente nos faz refletir sobre como nossa homenageada, desde a fundação, tem feito sua parte na qualidade de órgão difusor de educação e cultura e, especificamente, incentivador de melhoria e incremento da produção. Entretanto, se a Casa de Viçosa não nos tem falhado, outros setores da vida nacional nos estão demandando de nossa parte concentrado esforço.

Na verdade, seria irrealista deixar de aludir, nesta solenidade, ao problema da reforma agrária em nosso País, que mostrou recentemente sua face crítica, com a Marcha dos Sem-Terra. Acreditamos que trazer à baila o problema não vai empanar o brilho da reunião; ao contrário, contribuirá para engrandecê-la, porque a Universidade de Viçosa, mais que tudo, trabalha para o campo, e é no campo que hoje se processa tamanha movimentação. E o sentimento da UFV é o de que a política fundiária é um poderoso instrumento de política agrícola, que por sua vez não logrará êxito sem uma política macroeconômica que contemple a vocação e a competência para o Brasil competir.

A questão é complexa, e seria imodesto de nossa parte pretender, isoladamente, mostrar os caminhos. Gostaríamos, apenas, que o que foi denominado "espírito de Viçosa" fosse lembrado quando do exame e equacionamento da matéria fundiária. Assim, não será esquecido o ideal do Presidente Arthur Bernardes, do Prof. P.H. Rolphs - primeiro Diretor da Escola -, do então Secretário de Agricultura, Dr. Djalma Pinheiro Chagas, e de todos os pioneiros que fizeram de nossa homenageada uma das mais legítimas instituições brasileiras; ao contrário, continuará a inspirar nossas ações em direção a um Brasil grande.

À nossa querida cidade de Viçosa, de povo hospitaleiro e bom, rendemos, também, as nossas homenagens.

Terminamos apresentando nossa saudação muito especial ao ilustríssimo Sr. Carlos Sedyama, Vice-Reitor, neste ato, representando o Prof. Luiz Sérgio Saraiva, ilustríssimo Reitor da Universidade de Viçosa, bem como aos demais Diretores, professores, funcionários e alunos. Parabéns, UFV. Receba a homenagem comovida da Casa do povo mineiro, que é a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; em especial, deste seu ex-aluno, que muito a ama.

Palavras do Sr. Carlos Sedyama

Exmos. Srs. Deputado Geraldo Rezende, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Presidente desta solenidade; Dr. Aluizio Fantini Valério, Presidente da Fundação RURALMINAS; Dr. Paulo Severino de Rezende, Presidente da EMATER; Dr. Guy Torres, Presidente da EPAMIG; Deputados Ivo José, 2º-Secretário desta



Assembléia Legislativa do Estado, e Paulo Piau, incansável defensor das causas da agricultura mineira; Prof. Antônio Lima Bandeira, ex-Reitor da nossa Universidade; Prof. Flamarion Ferreira, também ex-Reitor da nossa querida Universidade; Srs. Pró-Reitores; Diretores; membros dos colegiados superiores; professores; servidores; técnicos administrativos; representantes da municipalidade viçosense; minhas senhoras e meus senhores: sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento, em nome do magnífico Reitor, Prof. Luiz Sérgio Saraiva, e de toda a comunidade universitária viçosense, por esta homenagem que o Legislativo mineiro presta à Universidade Federal de Viçosa.

Nossa Universidade, desde sua fundação, calçada na dedicação dos que fizeram a sua história, desenvolve pesquisas de alcance nacional e internacional e ensino de excelência, que construíram sua trajetória de 70 anos de intenso progresso.

A título de informação, permitam-me relembrar alguns momentos do passado de nossa universidade. Com o incremento da produção agropecuária em Minas Gerais, o então Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, tomou a iniciativa de criar uma escola que oferecesse bases para o desenvolvimento de atividades agropastoris. Mas Bernardes não queria uma escola qualquer.

Tinha em mente transplantar para a realidade de Minas Gerais um modelo que vinha dando certo num país que vinha dando certo: o modelo de escola inspirado nos "Land Grant Colleges", dos Estados Unidos, um sistema de escolas ligadas à agricultura, criado em 1862, a partir do vale do rio Mississipi, pautado por três linhas: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em 6/9/20, foi então assinada a Lei nº 761, pelo Dr. Arthur Bernardes, ainda Presidente do Estado de Minas Gerais, que autorizava o Governo do Estado a criar uma escola superior de agricultura e veterinária, onde melhores fossem as condições. Ao mesmo tempo, o grande brasileiro e estadista Dr. Arthur da Silva Bernardes determinou providências para que viesse dos Estados Unidos o Dr. Peter Henry Rolfs, da Universidade da Flórida, que teria a árdua tarefa de fundar, organizar e dirigir a instituição.

Dr. Rolfs foi o primeiro Diretor da escola; imprimiu-lhe a filosofia do aprender fazendo e consolidou a trilogia ensino, pesquisa e extensão.

Em 18/1/22, iniciaram-se os trabalhos indispensáveis à implementação da futura Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV. O lançamento da pedra fundamental do prédio principal se fez em 10/6/22, ficando a construção sob a responsabilidade dos engenheiros Honório Hermeto Corrêa da Costa, Mário Monteiro Machado e João Carlos Bello Lisboa. A inauguração do prédio principal da ESAV ocorreria no dia 28/8/26, presidida pelo idealizador da obra, que na época ocupava a Presidência da República, estando presente o Presidente do Estado, Dr. Fernando de Mello Viana. Essa data marca o nascimento de nossa universidade, agora em seus 70 anos.

Desde sua criação, a UFV vem oferecendo importante contribuição ao País, como o demonstram os numerosos profissionais que por ela passaram, vindos de todo o Brasil e mesmo de outros países. A primeira solenidade de conferência de certificados a estudantes que concluíram cursos na ESAV realizou-se em 14/6/29. Nessa mesma ocasião, realizou-se a I Semana do Fazendeiro, considerada a primeira atividade extensionista desse tipo no Brasil, tornando-se patente mais uma vez o pioneirismo da escola de Viçosa, que introduzia a extensão rural, semente da ACAR e da hoje conceituada EMATER-MG. Ainda nessa ocasião, tiveram início as atividades de investigação científica, cujo resultado é atualmente expresso em numerosos produtos e tecnologias, com destaque para as novas variedades de vegetais de grande importância econômica.

Hoje, a UFV oferece 25 cursos de graduação em diferentes áreas do conhecimento humano, vários deles nos primeiros lugares do "ranking" nacional. Também oferece 31 cursos de pós-graduação, sendo 19 de mestrado e 12 de doutorado. Desses 31 cursos de pós-graduação, 75% possuem conceito "A" e 25%, conceito "B", em avaliação efetuada pela CAPES. Essa conceituação indica o grau de excelência da UFV.

Cotando-se apenas os profissionais mais relacionados às ciências agrárias, a UFV formou até hoje 5.363 engenheiros agrônomos, 398 engenheiros agrícolas, 1.142 engenheiros florestais, 977 economistas domésticos, 643 zootecnistas e 606 médicos-veterinários. Acrescentando-se aqueles das demais áreas, graduaram-se 14.763 profissionais da melhor estirpe, vários deles ocupando posição de destaque na vida mineira e nacional.

Pioneira na área de pós-graduação em ciências agrárias no Brasil, a UFV já colocou 4.388 mestres e 361 doutores a serviço da sociedade brasileira.

A UFV é uma universidade onde se trabalha. Seu potencial é imenso, e, certamente, ela tem reais condições de atender às expectativas da sociedade. Seu ensino qualificado, associado à pesquisa e à extensão, exigiu o aperfeiçoamento de seu corpo docente em centros de excelência do País e do exterior. Mais de 90% do corpo docente da UFV possui mestrado ou doutorado. Esse fato, aliado à competência de seu corpo técnico-administrativo e à dedicação de seu alunado, fez com que a instituição

atingisse o prestígio de que hoje desfruta.

Apesar das dificuldades atuais do sistema federal de ensino superior e do grande número de aposentadorias ocorridas, a UFV, com seu corpo docente e técnico-administrativo revigorado pela renovação, apresenta ritmo crescente de produção, atestando a qualidade e o zelo de seus profissionais.

O desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País, de acordo com o CNPq, decorre, em grande parte, dos trabalhos realizados nas universidades públicas brasileiras.

A UFV, contando sempre com as parcerias das entidades do Estado - EPAMIG, EMATER-MG, RURALMINAS, IEF, FAPEMIG e outros órgãos -, seguramente contribuiu e contribui com porção substancial desse desenvolvimento.

Assim é que, em cada atividade do nosso cotidiano, deparamo-nos com uma conseqüência da atuação de nossa Universidade: o arroz que consumimos, o feijão, o café, o óleo de soja, a carne barata de frango, os belos tomates, as batatas fritas, as verduras, a roupa confortável de algodão, o gado tecnicamente bem cuidado, as florestas naturais, os reflorestamentos, a vigorosa siderurgia mineira, sustentada pelo carvão produzido por essências de rápido crescimento, o papel fabricado por processo menos poluidor, o milho híbrido, o gado bem manejado, as pastagens verdejantes e nutritivas, os cerrados racional e economicamente explorados, a biotecnologia, a irrigação, o armazenamento de grãos, as técnicas de manejo de pragas e doenças sem o uso de produtos nocivos à saúde humana e infindáveis outras.

Certamente, muitos reconhecerão o significado de expressões como agulha ESAV, rico-23, UFV-1 e, mais recentemente, UFV-17 Capinópolis, UFV-18 Patos de Minas, nutrição líquida de suínos, madeira de eucalipto para a indústria moveleira, etc.

O Brasil vive acelerado processo de transformação, e as universidades precisam manter plenamente seu papel de formadoras de recursos humanos altamente qualificados, de condutoras de pesquisas de vanguarda e de disseminadoras de conhecimentos que promovam o progresso e o bem-estar de toda a população.

Precisamos de número suficiente de profissionais aptos a modernizar os diversos setores da produção; capazes de viabilizar a criação de novas atividades econômicas, na busca da solução de nossos graves problemas, e de promover a equidade social; e atentos à preservação do ambiente.

Isso exige maiores investimentos do poder público no ensino superior gratuito e de qualidade. Toda ação deve considerar as novas dimensões sócio-econômicas e ambientais, cujos significados são cada vez mais complexos e devem atender às demandas reais.

Vivemos hoje num mundo de intensa disseminação da informação e transferência de tecnologia, em que as parcerias institucionais e a pesquisa participativa, junto ao setor produtivo, têm sido incentivadas. Como educadores, devemos visualizar o futuro e ultrapassar os umbrais das salas de aula e os limites físicos da universidade, para adentrarmos no âmbito da comunidade e, com ela, aprimorarmos e formularmos novos conceitos de formação de futuros profissionais.

Precisamos nos dar conta do que significa a extrema perecibilidade das recentes conquistas das ciências e a rápida obsolescência das novas tecnologias. Temos que considerar as chocantes rupturas nos valores tradicionais; o novo desenho geográfico, político e econômico da comunidade internacional; as novas formas de injustiça social, de miséria e de "apartheid"; e, pior, a espantosa sinergia que resulta de todos esses fatos, como fatídica alquimia, no sombrio laboratório de nosso velho e exausto mundo.

Nossas escolas, instituições formadoras, devem responder a essas questões, mesmo que provisórias, como tudo hoje em dia, para que possam reorientar sua missão formadora.

As instituições formadoras devem ser dotadas de agilidade, abandonando cada vez mais a posição a reboque do processo e transformando-se rapidamente em locomotivas das transformações.

As universidades necessitam recursos humanos e financeiros, pessoal altamente qualificado e competente, laboratórios bem equipados, autonomia política, administrativa e financeira e, acima de tudo, muita criatividade e entusiasmo de seus atores.

A UFV trabalha para a construção do profissional do terceiro milênio: o profissional que, além de incorporar o patrimônio técnico e científico, se preocupará com o meio em que se inserir e terá percepção dos novos e constantes avanços tecnológicos e das marcantes mudanças sociais; o que deverá ser agente capaz de alavancar o desenvolvimento do País, que promoverá o desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ambiental; o profissional capaz de criticar não apenas a técnica, mas também a ciência e o social.

A educação, na era atual, deve transpor os horizontes da simples transmissão de conhecimentos para atender e ultrapassar as novas demandas. Ela deve ter como meta o exercício da inquirição e da criatividade mental; deve cultivar o exercício da razão, que é a essência do ser humano. Mentis inquiridoras, especulativas, são atributos que

destacam os grandes pensadores.

Devemos mudar o enfoque da transferência de conteúdo para a construção do conhecimento. Devemos estar preparados para discutir e criticar o que Robert Johansen define como o "just in time learning", que enfatiza a agilização do processo de aquisição da informação, diminuindo o tempo de acesso a esta.

Por vezes, esse processo é chamado de "education on demand", enfatizando-se, ao mesmo tempo, o pronto acesso à informação e a liberdade de escolha do momento em que será efetuada a aprendizagem.

A manutenção do espírito de pioneirismo requer de todos nós muita união e trabalho, especialmente neste momento em que a universidade brasileira vive com orçamentos escassos, salários defasados e esvaziamento de seus quadros.

Finalizando, gostaria, novamente, de agradecer ao Sr. Vice-Presidente desta Casa, Deputado Geraldo Rezende, aos senhores componentes da Mesa, às demais autoridades e a todos que se dispuseram a vir prestigiar este evento, que contém, para nós, grande significado.

Gostaria, também, de ratificar os agradecimentos ao Deputado e amigo Paulo Piau, por sua iniciativa em propiciar este grande momento para nossa Universidade.

Em especial, gostaria de expressar o reconhecimento da Universidade Federal de Viçosa ao excelente trabalho que tem sido desenvolvido por esta Casa, cujas gestões e deliberações tanto dignificam o povo mineiro. Muito obrigado.

#### Entrega de Placa

**O Sr. Presidente** - A Presidência tem o prazer de passar às mãos do Prof. Carlos Sedyama uma placa comemorativa desta solenidade, numa homenagem deste Poder Legislativo à Universidade Federal de Viçosa, com os seguintes dizeres: (- Lê:)

"À Universidade Federal de Viçosa, no transcurso de seu 70º aniversário de fundação, a homenagem da Assembléia Legislativa pelo seu alto padrão de ensino e constante aprimoramento no desenvolvimento de pesquisa. Belo Horizonte, 12 de maio de 1997."

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Presidente

Sr. Reitor, Prof. Carlos Sedyama, a economia brasileira, todos sabemos, tem forte sustentação nas atividades ligadas ao campo. Desenvolve-se nessa área uma extensa produção, que engloba a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a exploração florestal, o setor de defensivos e fertilizantes, a comercialização, enfim, toda uma cadeia de produtos, serviços e negócios que pode ser enquadrada naquilo que hoje se convencionou chamar de "agribusiness".

Esse conjunto de atividades tem peso substancial em nosso Produto Interno Bruto, assim como na geração de empregos e no sustento de dezenas de milhões de brasileiros. Na condição de País continental, dispondo de variadas e amplas áreas férteis, o Brasil tem todo o potencial para consolidar-se como um dos grandes celeiros do mundo.

Para isso, no entanto, é preciso corrigir e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo aos empreendimentos, assim como aos trabalhadores rurais, estabelecer uma política agrícola que dê maior garantia ao setor e aumentar os investimentos no ensino, na profissionalização e no desenvolvimento de tecnologias voltadas para o campo.

Se os esforços governamentais ainda são insuficientes para estimular e impulsionar a contento esse braço tão importante de nossa economia, contamos, em compensação, com instituições de grande importância nesse processo, como é o caso da Universidade Federal de Viçosa.

No que tange à formação de profissionais especializados nos diversos segmentos da atividade agropecuária e à elaboração de pesquisas dirigidas ao melhoramento das espécies e dos recursos tecnológicos empregados no setor, a UFV é uma referência nacional e um orgulho para os mineiros.

No ensino, mantém dezenas de cursos em nível secundário, de graduação, mestrado e doutorado, sendo pioneira no País em pós-graduação em Ciências Agrárias. Esse é, naturalmente, o espaço em que a instituição mais se destaca, aprimorando-se cada vez mais, desde os tempos em que era a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, inaugurada em 1926.

Hoje, com estrutura universitária, oferece também cursos de qualidade nas áreas de Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Biológicas e da Saúde e ainda Ciências Humanas, Letras e Artes.

Quanto à pesquisa, tem proporcionado ao Brasil produtos e tecnologias de grande significação, incluindo novas variedades, mais produtivas, de milho e soja; emprego e manejo de defensivos agrícolas; melhoramento genético de animais e biotecnologia, campo em que emerge pioneiramente no País.

Complementarmente, a Universidade mantém um programa de integração com a iniciativa privada, visando repassar ao mercado os conhecimentos gerados pela pesquisa e viabilizar sua aplicação no processo produtivo. Dessa maneira, participa de cerca de 300 convênios e acordos com empresas de grande e médio porte dos mais diversos segmentos do "agribusiness".

Da mesma forma, os trabalhos de investigação científica são transmitidos aos alunos

e à comunidade em geral por meio de variados programas de extensão. Entre eles destaca-se, por exemplo, a tradicional Semana do Fazendeiro, promovida desde o final da década de 20. Por meio dela, estudantes, técnicos e agricultores têm a oportunidade de se integrar e reciclar informações sobre as atividades rurais.

Assim, preservando de geração em geração a qualidade de seus cursos no âmbito das Ciências Agrárias e assimilando novas áreas do saber, a Universidade Federal de Viçosa, alicerçada na trilogia ensino, pesquisa e extensão, constitui um valioso patrimônio para o Estado e para o País.

Ao completar 70 anos de existência, merece todo o nosso reconhecimento. Gostaríamos de parabenizar, por esta data, o Reitor Luiz Sérgio Saraiva, aqui representado pelo Vice-Reitor Carlos Sedyama, os demais membros da diretoria, professores, funcionários e alunos, que compõem uma comunidade de grande respeito em nosso meio.

Que a UFV continue produzindo conhecimentos, aprimorando inteligências e preparando profissionais capacitados para atender às demandas e ao potencial de desenvolvimento de Minas Gerais.

Muito obrigado a todos pela presença. Parabéns aos senhores. A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Às dez horas do dia seis de maio de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Romeu Queiroz, Dilzon Melo, Cleuber Carneiro, Elmo Braz e Maria Olívia, membros da Mesa da Assembléia; Paulo Pettersen, Sebastião Navarro Vieira, Durval Ângelo e Antônio Roberto, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e Ermano Batista, Corregedor. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Romeu Queiroz, declara abertos os trabalhos, após o que é a ata da reunião anterior lida e aprovada. Isso posto, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação dos recursos liberados por esta Casa a título de subvenção social, auxílios para despesas de capital e transferências a municípios, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, da Deliberação da Mesa nº 1.428 e das demais normas vigentes. Em seguida, os processos são distribuídos aos Deputados Ermano Batista, Corregedor, Dilzon Melo, relator da Mesa, e Sebastião Navarro Vieira, relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que, em conjunto, verificando as prestações de contas, cada um por sua vez, emitem pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Associação Comunitária de Água Comprida, Associação Assistencial da Comunidade Santa Julianense, Associação Mineira dos Estabelecimentos de Ensino da Dança, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, Caixa Escolar Professor Fontes da Escola Estadual Divina Providência, Vasquinho Futebol Clube, Associação Comunitária do Bairro dos Pinheiros, Associação Comunitária São Vicente de Paula de Catas Altas, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Mães do Município de Juramento, Associação Comunitária dos Amigos e Vizinhos de Ilha do Amargoso, Casa da Memória do Vale do São Francisco, Grupo Unidos São João Batista, Associação Comunitária Rural dos Pequenos Produtores do Projeto Gorutuba, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Córrego do Tabuleiro e Córrego Marambaia, Associação dos Produtores Rurais de Pedra Petra, Centro Social Descobertense, Corporação Musical Santa Cecília, Kinocks - Clube de Cinema, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Três Barras, Associação de Esportes Especializados da Escola Estadual Oswaldo Lucas Mendes - Taiobeiras, Sociedade Comunitária de Habitação Popular, Associação Comunitária do Bairro Boa Vista e Adjacências, Associação de Moradores e Amigos da Grama, Cultura Artística de Minas Gerais, Associação Comunitária do Bairro Landi, Associação Comunitária Mirante, Hospital Nossa Senhora das Mercês, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Núcleo Comunitário dos Amigos de Ressaquinha, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Currais, Serviço de Obras Sociais - Brasília de Minas, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Alpercata, Caixa Escolar Dr. Waldemar Neves da Rocha, Congregação das Irmãs Carmelitas Missionárias de Santa Tereza do Menino Jesus, Creche e Centro de Formação Pequenininhos de Jesus, Associação de Assistência Comunitária e Ensino Profissionalizante - Faconsel, Caixa Escolar Sebastião Américo de Souza, Coral Santa Clara, Centro de Desenvolvimento Comunitário de Lelivéldia, Associação Comunitária Construindo Solidariedade Maxacalis, Grupo Feminino Itaobiense, Obras Sociais Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, Lions Clube de Lagoa da Prata, Serviços de Obras Sociais, Sociedade Beneficente de Assistência ao Canceroso, Sociedade São Vicente de Paulo de Dores do Indaiá, Sociedade dos Amigos dos Pacientes do Instituto Mineiro de Nefrologia, Lions Clube Caratinga Centro, Lar dos Velhinhos de Jequitinhonha, Orion Esporte Clube, Movimento Comunitário de Unidade da Vila Cafezal, Associação Comunitária das Donas de Casa da Vila São Jorge, Esporte Clube Fabril, Banda de Música Monsenhor Alerigi, Fundação Graciema Alves. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados, cada um por sua vez. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 13 de maio de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente - Dilzon Melo - Francisco Ramalho - Elmo Braz - Maria Olívia - Miguel Martini - Roberto Amaral - Sebastião Helvécio - Antônio Roberto.

#### **ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Às nove horas e quarenta minutos do dia dez de abril de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, Arnaldo Canarinho e Wilson Trópia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Irani Barbosa, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Wilson Trópia que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, a Presidência suspende os trabalhos por tempo indeterminado. Às 14h50min, presentes os Deputados Irani Barbosa, Arnaldo Canarinho, Wilson Trópia e Arnaldo Penna, o Presidente reabre os trabalhos e distribui ao Deputado Arnaldo Canarinho o Projeto de Lei nº 1.049/96 e ao Deputado Wilson Trópia, o Projeto de Lei nº 1.057/96. Passa-se à 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre matérias sujeitas à deliberação do Plenário da Assembléia. Discutidos e votados, cada um por sua vez, são aprovados pareceres que concluem pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 1.049/96 (relator: Deputado Arnaldo Canarinho) e 1.057/96 (relator: Deputado Wilson Trópia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 1997.

Aílton Vilela, Presidente - Arnaldo Penna - Dinis Pinheiro.

#### **ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER**

Às nove horas e quinze minutos do dia dezesseis de abril de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Maria Barros, Gilmar Machado, Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Encontram-se presentes, também, os Deputados Ivo José, Antônio Roberto, Wilson Pires, Elbe Brandão e Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Maria Barros, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Drs. Amílcar Martins, Secretário de Estado da Cultura, e Fernando Pinheiro, Presidente da Fundação Clóvis Salgado, os quais irão prestar esclarecimentos sobre o incêndio ocorrido no Palácio das Artes e as providências que estão sendo tomadas para a reconstrução do prédio. A Presidência informa, ainda, que, logo após, serão apreciadas as matérias constantes na pauta. A seguir, os convidados tomam assento à mesa. Com a palavra, os Deputados Sebastião Navarro Vieira e Ivo José, autores dos requerimentos que motivaram a reunião, fazem suas considerações iniciais. Após, a Presidência passa a palavra aos convidados, que discorrem sobre o assunto em pauta. Passa-se à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Após, a Presidência suspende a reunião por alguns minutos para a saída dos convidados. Reabertos os trabalhos, a Presidência procede à leitura da seguinte correspondência: da Escola Estadual Ordem e Progresso, solicitando apoio desta Comissão à luta pela conservação da sede da referida Escola; da Profa. Maria de Fátima de Matos Maia, publicada na edição do "Diário do Legislativo" de 4/4/97, e da Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo, convidando a Casa, por meio desta Comissão, para participar do Programa de Divulgação de Minas Junto ao Corpo Consular e solicitando auxílio financeiro para a implementação do referido Programa. A seguir, a Presidência redistribui o Projeto de Lei nº 1.050/96 ao Deputado Sebastião Navarro Vieira. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado apresenta requerimento, em que solicita seja realizada visita desta Comissão, juntamente com a Comissão de Representantes para Acompanhar as Obras de Revitalização do Centro, às dependências da Fundação Clóvis Salgado e da Serraria Souza Pinto. A seguir, a Deputada Elbe Brandão apresenta, também, requerimento, em que solicita seja realizada, em Montes Claros, uma das etapas da discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. A seguir, a Presidência procede à leitura de requerimento do Deputado Ronaldo Vasconcellos, em que solicita sejam convidados o Dr. Walfrido dos Mares Guia Neto, Secretário de Estado da Educação; o Delegado Santos Moreira da Silva, Secretário de Estado de Segurança Pública, e a Profa. Odete Maciel Fiamoncini, da Comissão de Representantes da Escola Estadual Ordem e Progresso, para prestarem esclarecimentos sobre a mudança da sede da referida Escola. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Encerrada essa fase, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a

palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.050/96 com as Emendas nºs 2 e 3 e a Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A Presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados, no 2º turno, os Projetos de Lei nºs 302/95 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Gilmar Machado); 990/96 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Sebastião Navarro Vieira); 993 e 1.021/96 (relator: Deputado Marco Régis); 1.019/96 (relator: Deputado José Henrique); e, no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 875/96 e 1.095/97 (relator: Deputado Marco Régis); 1.036/96 com a Emenda nº 1, 1.088/97 (relator: Deputado José Henrique); 1.064/96 (relator: Deputado Sebastião Navarro Vieira) e 1.087/97 (relator: Deputado Gilmar Machado). Logo após, a Presidência submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 490 e 497/95, 894, 917, 962 e 982/96, os quais são aprovados. A seguir, a Presidência informa que a Comissão, por acordo de todos os membros, passará a se reunir às terças-feiras, às 9h30min. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1997.

José Maria Barros, Presidente - Gilmar Machado - Marco Régis - José Henrique.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32/97**

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de abril de mil novecentos e noventa e sete, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Antônio Roberto, Elbe Brandão, Roberto Amaral (substituindo este ao Deputado José Bonifácio, por indicação da Liderança do PSDB), Arnaldo Penna, Sebastião Navarro Vieira, Wilson Pires, Antônio Andrade (substituindo este ao Deputado Geraldo da Costa Pereira, por indicação da Liderança do PMDB), Adelmo Carneiro Leão e Aílton Vilela (substituindo este ao Deputado Carlos Pimenta, por indicação da Liderança do PL), membros da supracitada Comissão. Na ausência do Presidente, assume a direção dos trabalhos o Deputado Antônio Roberto, Vice-Presidente; havendo número regimental, ele declara aberta a reunião, solicita ao Deputado Arnaldo Penna que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes, e informa que a reunião se destina a apreciar o parecer sobre a matéria constante na pauta. O Presidente passa a palavra à relatora, Deputada Elbe Brandão, que emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/97 na forma originalmente apresentada. Na fase de discussão, o Deputado Adelmo Carneiro Leão solicita vista do parecer, o que é deferido pela Presidência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, informa que a próxima reunião será convocada por meio de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1997.

Geraldo da Costa Pereira, Presidente - Durval Ângelo - Adelmo Carneiro Leão - Ivair Nogueira - Irani Barbosa - Álvaro Antônio - Dinis Pinheiro - Wilson Pires - Luiz Fernando Faria - Olinto Godinho.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34/97**

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de abril de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, Roberto Amaral, Paulo Piau, Sebastião Helvécio, Álvaro Antônio, Irani Barbosa, Sebastião Costa, Hely Tarquínio, Jorge Eduardo de Oliveira e Maria José Haueisen (substituindo os três últimos, respectivamente, aos Deputados Mauri Torres, Antônio Roberto e Anivaldo Coelho, por indicação das Lideranças do PSDB, do PMDB e do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Aílton Vilela, assume a direção dos trabalhos, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Hely Tarquínio que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Em seguida, a Presidência informa que a reunião tem por finalidade apreciar o parecer do Deputado Roberto Amaral. Com a palavra, o relator apresenta seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97. Na fase de discussão, a Deputada Maria José Haueisen apresenta requerimento solicitando a presença do Sr. Antônio Otávio Campos Ferraz, Superintendente da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG -, para prestar esclarecimentos sobre a atual situação dos serviços e da distribuição de gás canalizado no Estado. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Em seguida, o Deputado Sebastião Helvécio apresenta requerimento solicitando o adiamento da discussão do parecer do Deputado Roberto Amaral. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da

Comissão para a reunião a ser realizada às 14h30min do dia 29/4/97, no Plenarinho I, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 1997.

Bilac Pinto, Presidente - Arnaldo Penna - Aílton Vilela - Irani Barbosa - Roberto Amaral - Anivaldo Coelho - Marcos Helênio - Álvaro Antônio - Antônio Roberto - Paulo Piau - Olinto Godinho.

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR DIVERSAS DENÚNCIAS QUE ENVOLVEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL**

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e nove de abril de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo, Ivair Nogueira, Miguel Martini, Geraldo da Costa Pereira e João Batista de Oliveira, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Deputado Durval Ângelo faz a leitura dos Ofícios n°s 154, 189 e 191/97, encaminhados pelo Ministério Público, os quais contêm, respectivamente, as declarações prestadas àquele órgão pelo preso Luiz Henrique Santos Batista, pelos detentos Olavo Fernandes dos Santos Filho e Gerssui Rosa Ramos e as declarações prestadas por detentos das Comarcas de Santa Luzia e de Betim. O Deputado Ivair Nogueira faz a leitura de correspondência encaminhada pela Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Belo Horizonte, na qual a Comissão recebe apoio irrestrito ao seu trabalho. Os Deputados Ivair Nogueira, Durval Ângelo e Miguel Martini examinam as declarações feitas pelo Delegado João Reis, discutem sobre a repercussão nos trabalhos da Comissão e os rumos que devem ser seguidos para que os seus objetivos sejam atingidos da melhor maneira possível, conforme consta nas notas taquigráficas. A seguir, a Presidência informa que a finalidade da reunião é ouvir a Sra. Márcia Alaíde Ribeiro, representante da Pastoral Carcerária Nacional; o Pe. Bernardino Obelar, representante da Pastoral Carcerária, e o Sr. Antônio Martins, representante da Pastoral Evangélica, e os convida para comporem a mesa. Os convidados, cada um por sua vez, fazem exposições a respeito das condições desumanas em que se encontram os presos, do trabalho que é feito junto a eles pelas Pastorais e da esperança de se conseguirem melhoras significativas no sistema penitenciário do Estado. Encerradas as explanações, a Presidência passa à fase dos debates. Tecem comentários a respeito das exposições os Deputados Ivair Nogueira, Miguel Martini, João Batista de Oliveira, Durval Ângelo e João Leite, conforme consta nos registros taquigráficos. A Presidência passa a palavra aos convidados para que façam suas considerações finais. Em seguida, o Presidente agradece a presença e a colaboração da Sra. Márcia Alaíde Ribeiro, do Pe. Bernardino Obelar e do Sr. Antônio Martins, pelos valiosos subsídios prestados aos trabalhos da Comissão, e suspende a reunião por alguns minutos para que os Deputados possam despedir-se dos convidados. Reabertos os trabalhos, a Presidência indaga se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Ivair Nogueira apresenta requerimento solicitando sejam enviados ofícios aos Secretários da Justiça e da Segurança Pública para que sejam adotadas, em caráter de urgência, medidas que garantam a integridade física de todos os detentos que prestaram depoimento a esta Comissão durante as visitas realizadas às penitenciárias de Ipaba e de Contagem, às Delegacias de Ipatinga e de Mulheres de Contagem, ao 1º Distrito Policial de Palmital, em Santa Luzia, ao Departamento de Investigações, à Delegacia de Operações Especiais - DEOESP - e ao 3º Distrito Policial de Contagem, por estarem esses presos recebendo ameaças por parte de policiais e de agentes penitenciários; expressa, ainda, a indignação desta Casa com fatos que afrontam a Comissão. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Durval Ângelo apresenta requerimentos solicitando sejam convocados a depor na Comissão o Maj. Marcelo Álvaro Assis de Toledo, Diretor do Centro de Reeducação de Contagem, os Srs. Antônio João Reis, Chefe do Departamento Especial de Operações Especiais, e André Luiz Rocha, Delegado do Departamento de Investigações; seja enviado ofício ao Secretário de Interior e Justiça solicitando que a direção do Centro de Educação Nélson Hungria seja afastada até o fim dos trabalhos da Comissão; e seja enviado ofício ao Secretário da Segurança Pública solicitando o afastamento do Delegado João Reis de sua atividade frente ao DEOESP. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 1997.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - Miguel Martini.

**ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de maio de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Anivaldo Coelho, Ronaldo Vasconcellos e Antônio Roberto, membros da Comissão supracitada. Havendo

número regimental, o Presidente, Deputado Anivaldo Coelho, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Ronaldo Vasconcellos que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião tem por finalidade discutir matéria de interesse da Comissão e que não há correspondência a ser lida. Encerrada a 1ª Parte da reunião, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Ronaldo Vasconcellos apresenta requerimento solicitando que a Comissão faça uma visita ao Caiçara Clube de Pesca, em Cachoeira da Manteiga, no Município de Buritizeiro. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 1997.

Raul Lima Neto, Presidente - Anivaldo Coelho - Antônio Roberto - Ronaldo Vasconcellos.

#### **ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL**

Às dez horas do dia sete de maio de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Elbe Brandão, Roberto Amaral e Olinto Godinho, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental e estando presentes os Deputados Carlos Pimenta e Wilson Pires, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara abertos os trabalhos e solicita à Deputada Elbe Brandão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é obter esclarecimentos sobre o MERCOVALE, discutir o seminário e o "workshop" a serem realizados na cidade de Montes Claros, no período de 27 a 31 do corrente mês, bem como debater a união do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha com os Srs. Luiz Antônio de Passos Curado, Supervisor da PROMOVASF, e Marcos Garcia Jansen, Assessor da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que são convidados a tomar assento à mesa. A Deputada Elbe Brandão tece as considerações iniciais, e, por sua sugestão, a Presidência convida os Srs. Antônio Marcos Miranda, Vereador à Câmara Municipal de Janaúba; Carlos Evangelista Martins Rocha, Vereador à Câmara Municipal de Verdelandia, e Maria de Fátima Tolentino Martinez, Supervisora da CODEVASF, para participarem dos trabalhos. A seguir, o Presidente passa a palavra aos expositores, que, cada um por sua vez, discorrem sobre o tema; abre-se debate, do qual participam os parlamentares e os convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião e nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradece o comparecimento dos Deputados e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 1997.

Paulo Piau, Presidente - Roberto Amaral - Olinto Godinho - Elbe Brandão.

#### **ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL**

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de maio de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Carlos Pimenta, Adelmo Carneiro Leão, Jorge Hannas e Wilson Pires, membros da Comissão supracitada. Encontram-se presentes, também, os Deputados Wilson Trópia, Antônio Roberto e José Braga. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Adelmo Carneiro Leão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência comunica o recebimento de correspondência da Sra. Eclésia Regina Alves dos Santos, Coordenadora de Pneumologia Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde. A seguir, dá ciência de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, em que solicita seja constituída uma Comissão Especial para proceder a estudo sobre a participação do Estado na situação atual do Hospital das Clínicas da UFMG. A Presidência comunica aos parlamentares que, nos termos do art. 1º da Deliberação da Mesa nº 761, a Presidência não receberá requerimentos solicitando a constituição de comissões especiais que tenham como objeto matéria afeta a comissão permanente ou a outro órgão técnico da Assembléia. A seguir, passa-se à discussão e à votação de proposição de autoria da Comissão. Neste ínterim, o Presidente, para apresentar proposição de sua autoria, passa a direção dos trabalhos ao Deputado Carlos Pimenta. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira apresenta requerimento em que solicita sejam convidados o Dr. José Rafael Guerra Pinto Coelho, Secretário de Estado da Saúde; o Prof. Tomaz Aroldo da Mata Santos, Reitor da UFMG; o Dr. Juarez Oliveira Castro, Diretor do Hospital das Clínicas da UFMG, e o Dr. Athos de Carvalho, Secretário Municipal de Saúde, a fim de se tratar da real situação do Hospital das Clínicas. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Ao retomar os trabalhos, o Presidente passa a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, que apresenta requerimento solicitando a realização de audiência pública com as 35 entidades participantes do Seminário Legislativo Saneamento É Básico, para que haja uma avaliação sobre o referido seminário. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Wilson Pires apresenta requerimento do Deputado Irani Barbosa, em que



solicita à Comissão de Saúde e Ação Social que interceda em favor do não-fechamento do Hospital das Clínicas da UFMG. Ao encaminhar a votação, o Deputado Carlos Pimenta levanta questão de ordem a respeito da prejudicialidade dos requerimentos apresentados. A Presidência acata a sugestão. A seguir, a Presidência informa que a reunião tem por finalidade ouvir o Dr. Thadeu Rezende Provenza, Diretor Científico da ASPRECAM, sobre o Programa Alcançar a Prevenção. O convidado faz a sua explanação e, para ilustrá-la, projeta "slides" e mostra fita de videocassete sobre o tema em questão, conforme consta nas notas taquigráficas. Participam dos debates todos os parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença do convidado e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 14 do corrente, às 15 horas, com a finalidade de se ouvirem os seguintes convidados: Dr. José Rafael Guerra Pinto Coelho, Secretário de Estado da Saúde; Prof. Tomaz Aroldo da Mata Santos, Reitor da UFMG; Dr. Juarez Oliveira Castro, Diretor do Hospital das Clínicas da UFMG, e Dr. Athos de Carvalho, Secretário Municipal de Saúde, a fim de se tratar da situação do Hospital das Clínicas da UFMG, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 1997.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Jorge Hannas - Carlos Pimenta - Adelmo Carneiro Leão - Wilson Pires.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR DIVERSAS DENÚNCIAS QUE ENVOLVEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL**

Às nove horas do dia nove de maio de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo, Ivair Nogueira, Dimas Rodrigues, João Batista de Oliveira e José Henrique (substituindo este ao Deputado Geraldo da Costa Pereira, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão supracitada. Registra-se também a presença do Deputado Antônio Roberto. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência indaga se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Ivair Nogueira apresenta requerimentos em que solicita seja convidado a participar da reunião do dia 14/5/97 o Sr. Levy Eduardo dos Santos, Presidente da Associação Criminalística do Estado de Minas Gerais; e seja solicitado à Corregedoria de Polícia Civil cópia dos depoimentos prestados àquele órgão no dia 8/5/97 pelas peritas Érica e Acidália. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Deputado Durval Ângelo apresenta requerimento em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado para que suspenda a liberação dos recursos do Fundo Penitenciário para os Municípios de Campo Belo, Malacacheta, Cláudio, Canápolis, Araçuaí, Cataguases, Baependi, Carlos Chagas, Muzambinho, Oliveira e Santa Rita do Sapucaí, até que se faça apuração sobre a necessidade dessas verbas. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é ouvir o Dr. Weber Americano, representante da Secretaria de Segurança Pública no Grupo Coordenador do Fundo Penitenciário do Estado de Minas Gerais, a quem convida para tomar assento à mesa. O Presidente passa a palavra ao convidado, que faz sua exposição. Após a explanação, a Presidência abre os debates. Fazem questionamentos ao convidado os Deputados Ivair Nogueira, Durval Ângelo, João Batista de Oliveira e João Leite, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerrados os debates, o Presidente passa a palavra ao Sr. Weber Americano para que faça suas considerações finais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e a colaboração do convidado pelos subsídios prestados à Comissão, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 14/5/97, às 14 horas, na Sala das Comissões, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 1997.

João Leite, Presidente - Ivair Nogueira - Durval Ângelo - Miguel Martini - Geraldo da Costa Pereira.

#### **ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Às nove horas e quarenta minutos do dia treze de maio de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, Ambrósio Pinto e Antônio Andrade, membros da Comissão supracitada. Estão presentes, também, os Deputados Marcos Helênio, Ivair Nogueira, Aílton Vilela e Ronaldo Vasconcellos. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara abertos os trabalhos e informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e a ouvir os representantes do DER-MG e da Administradora de Terminais Rodoviários S.A., - ADTER -, os quais prestarão esclarecimentos sobre a administração da rodoviária de Belo Horizonte no que se refere a estacionamento, taxas de embarque e de utilização de banheiros e outros assuntos. Após, o Presidente solicita ao Deputado Ambrósio Pinto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Ato contínuo, o Presidente leva ao conhecimento dos Deputados que a Comissão recebeu correspondências do Deputado

Federal Ricardo Izar, em que comunica a sua escolha para Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados; e do Sr. Augusto Celso Franco Drummond, Presidente do CREA-MG, em que apresenta informações sobre taxas de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - para 1997, conforme solicitação da Comissão publicada no "Diário do Legislativo" em 9/5/97. Em seguida, o Presidente registra a presença dos Srs. Lindberg Ribeiro Garcia, Assessor de Coordenação e Planejamento Operacional da Operação de Via, representante do Sr. Mauro Roberto Soares de Vasconcelos, Diretor-Geral do DER-MG; e João Henrique Café de Souza Novais, representante do Sr. Otacílio Magalhães Laje, Superintendente da ADTER. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra ao Deputado Antônio Andrade, para que explique o objetivo da reunião, e, em seguida, concede a palavra aos convidados para que façam as suas exposições. Abrem-se debates entre os Deputados e os convidados, conforme consta nas notas taquigráficas, após o que o Deputado Geraldo Nascimento passa a Presidência ao Deputado Ambrósio Pinto, tendo em vista que a matéria a ser apreciada é de sua autoria. Em seguida, o Deputado Geraldo Nascimento procede à leitura de requerimento em que solicita seja realizada reunião da Comissão destinada a audiência pública com a presença de autoridades e representantes de entidades públicas e privadas, no Município de Itabira, com a finalidade de se discutir sobre a municipalização da proteção do consumidor. Requer, ainda, sejam ouvidos na Comissão representantes do Banco do Brasil, do BEMGE e da Caixa Econômica Federal, para prestarem esclarecimentos sobre os serviços por eles oferecidos. Submetidos a votação, são os requerimentos aprovados. O Deputado Geraldo Nascimento reassume a direção dos trabalhos e coloca em votação o requerimento do Deputado Marcos Helênio em que solicita ao DER-MG e à ADTER informações sobre a arrecadação de taxas cobradas no terminal rodoviário de Belo Horizonte. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradece o comparecimento dos convidados e dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, que será realizada no dia 15 do corrente, às 10h15min, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre os serviços oferecidos pelo Banco do Brasil, pelo BEMGE e pela Caixa Econômica Federal, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 1997.

Geraldo Nascimento, Presidente - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade.

#### **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL**

Às quinze horas e quinze minutos do dia quatorze de maio de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Carlos Pimenta, Jorge Hannas, Wilson Pires e Adelmo Carneiro Leão, membros da Comissão supracitada. Encontram-se presentes, também, os Deputados Hely Tarquínio, Irani Barbosa, Marcelo Gonçalves e Arnaldo Penna. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Jorge Hannas que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Não havendo correspondência a ser lida, a Presidência informa que a reunião tem por finalidade ouvir os Srs. Tomaz Aroldo da Mota Santos, Reitor da UFMG; Juarez Oliveira Castro, Diretor do Hospital das Clínicas da UFMG; Athos de Carvalho, Secretário Municipal de Saúde, e Christiano Augusto Bicalho Canedo, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde, sobre a situação em que se encontra o Hospital das Clínicas de Minas Gerais e convida-os para tomarem assento à mesa. Comparecem, também, os Srs. Lincoln Marcelo da Silveira Freire, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais e Edison J. Corrêa, Diretor da Faculdade de Medicina da UFMG, e a Sra. Maria José Cabral Grillo Caldeira Brant, Diretora da Escola de Enfermagem da UFMG. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra ao Sr. Juarez Oliveira Castro, que ilustra a sua exposição com projeção de transparências e com exibição de vídeo sobre a situação do referido hospital. Todos os outros convidados tecem considerações sobre o tema, após o que a Presidência passa à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Fazem uso da palavra todos os parlamentares presentes. A seguir, o Deputado Hely Tarquínio apresenta requerimento em que solicita que a Comissão, juntamente com os demais Deputados da Casa, com todas as autoridades presentes na reunião e com as demais autoridades estaduais, compareça no Palácio da Liberdade, aproveitando a oportunidade da visita do Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, para expor as dificuldades vividas pelo Hospital das Clínicas. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos convidados e dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 1997.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Wilson Pires - Jorge Hannas.

ORDENS DO DIA

---

**ORDEM DO DIA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 20/5/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar proposições da Comissão e ouvir representantes de entidades públicas e privadas, os quais prestarão esclarecimentos sobre os recentes aumentos de tarifas relativas aos serviços de telefonia e energia elétrica.

Convidados: Srs. Francisco Penna, Diretor Financeiro da CEMIG; Maurílio dos Santos, Coordenador-Geral do SINDIELETRO; Bolívar Rocha, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Wanderley Ramalho, Diretor Adjunto do IPEAD; Petrônio Zica, Presidente da Comissão de Energia da FIEMG; Maria Mônica de Oliveira Castro; Saulo Levindo Coelho, Presidente da TELEMIG; Geraldo F. Martins Costa, Secretário Executivo do PROCON-MG; Cláudio Gontijo; Desembargador Lauro P. Medeiros Filho, Corregedor-Geral de Justiça; Stael Riani, Inspectora Regional da Secretaria de Direito Econômico-MG.

**ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 20/5/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÕES

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 38/97

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Elbe Brandão, Ajalmar Silva, José Militão, Leonídio Bouças, Jorge Hannas, Sebastião Helvécio, Gil Pereira, Antônio Júlio, Geraldo da Costa Pereira, Gilmar Machado, Maria José Hauelsen, Ermano Batista e Irani Barbosa, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 20/5/97, terça-feira, às 15 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1997.

Ibrahim Jacob, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Gil Pereira, Gilmar Machado, Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Elbe Brandão, Antônio Andrade, Marcos Helênio, Sebastião Helvécio, Ibrahim Jacob, Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros das Comissões supracitadas, para a reunião a ser realizada no dia 20/5/97, às 15h30min, na Sala das Comissões, destinada a apreciar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nº 1.139/97, que altera dispositivos da Lei nº 10.366, de 28/12/90, e 1.143/97, que altera a composição da Junta de Programação Orçamentária e Financeira - JPOF -, ambos de autoria do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/97

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Maria Barros, Roberto Amaral, Miguel Martini, Irani Barbosa, Sebastião Navarro Vieira, Glycon Terra Pinto, Alberto Pinto Coelho, Anderson Aduato, Antônio Andrade, Adelmo Carneiro Leão, Maria José Hauelsen, Ivair Nogueira, Ronaldo Vasconcellos e Ambrósio Pinto, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada em 20/5/97, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/97.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1997.  
Sebastião Costa, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

---

### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.088/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer  
Relatório

O projeto de lei em exame, do Deputado Miguel Martini, propõe seja declarada de utilidade pública a Sociedade Dom Bosco de Comunicação de Belo Horizonte, com sede no Município de Belo Horizonte.

Aprovada no 1º turno, em sua forma original, deve a proposição agora ser apreciada para o 2º turno de deliberação conclusiva, em cumprimento das disposições do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A referida Sociedade exerce atividade diversa na área educacional. Suas iniciativas incluem, também, a fundação e a manutenção de museu, biblioteca e centro de lazer, bem como a participação em eventos ligados às artes em geral.

O trabalho realizado pela instituição torna-a merecedora do título declaratório de sua utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões aduzidas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.088/97 na forma original.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1997.  
Sebastião Navarro Vieira, relator.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

---

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/5/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.132 e 1.167, de 1995, e 1.410, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Pinto Coelho

nomeando Carlos Alberto Portugal Moura para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10.

Gabinete do Deputado Álvaro Antônio

nomeando Hudson Tolentino da Luz para o cargo de Motorista, padrão AL-10.

Gabinete do Deputado Simão Pedro Toledo

exonerando, a partir de 19/5/97, Aline Riera Toledo do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23;

exonerando, a partir de 19/5/97, Antônio Carlos Mendes do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

exonerando, a partir de 19/5/97, Antônio Henrique Moreira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29;

exonerando, a partir de 19/5/97, Carlos Alberto Portugal Moura do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 19/5/97, Eloir Domingues Caixeta do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

exonerando, a partir de 19/5/97, Eunice Riera Toledo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39;

exonerando, a partir de 19/5/97, Fernanda Grossi Rezende Araújo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 19/5/97, Gilberto José Tavares Novo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 19/5/97, José Eustáquio R. de Amorim do cargo de Motorista, padrão AL-10;

exonerando, a partir de 19/5/97, José Luiz Martins Alves do cargo de Motorista,

padrão AL-10;

exonerando, a partir de 19/5/97, José Maria de Andrade do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

exonerando, a partir de 19/5/97, Luciana Quintão Guerra do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 19/5/97, Marco Antônio Andere Teixeira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

exonerando, a partir de 19/5/97, Pedro Edson Cabral Vieira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29;

exonerando, a partir de 19/5/97, Raquel Lourdes Lopes do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

exonerando, a partir de 19/5/97, Ricardo Henrique de Paula do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 19/5/97, Rosely de Souza Pantaleão do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

exonerando, a partir de 19/5/97, Teresinha Chaves de Paula do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, e 1.429, de 23/4/97, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 19/5/97, Wilson Fernandes Costa do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Simão Pedro Toledo, Vice-Líder do Bloco da Maioria.

---